

BSFEAC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE**

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

ANTONIO WELLINGTON FERREIRA

**FORTALEZA - CEARÁ
1995.I**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS

**MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS COMO REQUISITO
OBRIGATÓRIO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.**

JUNHO / 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS COMO REQUISITO OBRIGATÓRIO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

A CITAÇÃO DE QUALQUER TRECHO DESTA MONOGRAFIA É PERMITIDA
DESDE QUE SEJA FEITA DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE ÉTICA
CIENTÍFICA.

Autor

Profª. orientadora

Prof. convidado à banca examinadora

MONOGRAFIA PROVADA EM 23 DE junho DE 1995

Profª. M^a. Das Graças Arrais de Araújo
Coordenadora do Curso

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus, por sua presença constante e determinante em minha vida.

Aos meus pais, pelas oportunidades que me concederam e por guiarem-me sempre na direção correta.

Aos meus irmãos, em especial a Lêda e Vicente, pelo grande apoio que sempre me deram.

À Elisângela (Ely), minha namorada, pelo companheirismo e incentivo nesta caminhada.

À professora Jeanne, minha orientadora, pela paciência, prestatividade e empenho na orientação desta monografia.

Aos amigos, professores, colegas de faculdade e a todos que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	01
2. INTRODUÇÃO	02
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	04
3.1. BALANÇO PATRIMONIAL	05
3.1.1. CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL.....	05
3.1.2. COMPOSIÇÃO	05
3.1.3. FORMA DE APRESENTAÇÃO	12
3.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	15
3.2.1. CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL	15
3.2.2. ESTRUTURAÇÃO DA D.R.E	15
3.2.3. FORMA DE APRESENTAÇÃO	18
3.3. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	20
3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
3.4.1. CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL	20
3.4.2. FINALIDADE.....	20
3.4.3. MUTAÇÕES QUE PODEM OCORRER NAS CONTAS PATRIMONIAIS.	21
3.4.4. FORMA DE APRESENTAÇÃO	21
3.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	23
3.5.1. CONCEITO DE FUNDAMENTO LEGAL	23
3.5.2. FINALIDADE	23
3.5.3. DESCRIÇÃO DAS ORIGENS	23

3.5.4. DESCRIÇÃO DAS APLICAÇÕES	24
3.5.5. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	25
3.5.6. FORMA DE APRESENTAÇÃO	25
4. NOTAS EXPLICATIVAS	27
4.1. CONCEITO E FINALIDADE LEGAL	27
4.2. FINALIDADE	27
4.3. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	27
5. CONCLUSÃO	29
6. BIBLIOGRAFIA	31

1- APRESENTAÇÃO

Esta monografia é resultado de uma pesquisa do trabalho de vários cientistas contábeis, de onde pude colher os conceitos, a finalidade e a forma de elaboração das demonstrações contábeis. As informações aqui contidas encontra-se fundamentadas na lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76) e de acordo com os princípios Fundamentais de Contabilidade as resoluções da Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade.

De posse do material oriundo dessa pesquisa busquei apresentar, de forma sucinta mas sem apagar a importância do assunto, a finalidade, o conteúdo, a necessidade dos usuários, a forma de elaboração e apresentação de cada uma das demonstrações contábeis.

No tópico seguinte será visto que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados constitui um detalhamento da movimentação ocorrida no saldo da conta Lucro ou Prejuízo Acumulado.

Será visto, ainda, que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, elaborado e publicado por obrigatoriedade estabelecida pela CVM para as companhias abertas, substitui a DLPA. A DMPL nos fornece a movimentação ocorrida nas diversas contas que compõem o Patrimônio Líquido.

A última Demonstração abordada será a DOAR. Através dela obtemos as informações relativas às Operações Financiamentos (origens) e investimentos (aplicações) da companhia durante todo o Exercício Social.

Por último será feito um comentário sobre as Notas Explicativas, mostrando sua finalidade e os elementos que devem ser abordados nestas notas.

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

3.1.1 CONCEITO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

É a Demonstração contábil que visa evidenciar, de forma sintética, a situação patrimonial da empresa, ou seja, “apresenta a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, por ocasião do encerramento do exercício”. (Manual das sociedades por ações, profs. Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbcke).

Previsto nos arts. 178 a 185 da Lei 6.404/76.

3.1.2. COMPOSIÇÃO

O balanço patrimonial é composto por dois grandes grupos:

- Ativo
- Passivo

ATIVO

Compreende os bens e direitos da empresa. As contas do Ativo são classificadas em ordem decrescente de grau liquidez, ou seja, em primeiro lugar são apresentadas as contas mais rapidamente conversíveis em disponibilidades.

O Ativo divide-se em três subgrupos:

- Ativo Circulante
- Ativo Realizável a Longo Prazo
- Ativo Permanente

ATIVO CIRCULANTE

Registra os bens e direitos realizáveis da empresa, avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios para está. Pode-se dizer, ainda, que são os recursos financeiros e materiais capazes de manter a atividade da empresa. Compreende as disponibilidades, os direitos realizáveis a curto prazo, os estoques e as despesas antecipadas.

DISPONIBILIDADES

São os recursos de utilização imediata. Compreende o dinheiro em caixa, o saldo em conta corrente, a aplicação financeira e os numerários em trânsito.

DIREITOS REALIZÁVEIS À CURTO PRAZO

São direitos de disponibilidades de utilização não imediata, ou seja, com prazo de realização de até doze meses. São oriundos de vendas à prazo de mercadorias e serviços ou decorrentes de outras transações que geram valores a receber.

ESTOQUE

São os bens adquiridos ou produzidos pela empresa para venda ou para utilização em suas atividades normais. Compreende o estoque de produtos elaborados, de matéria prima, material de embalagem, produtos em elaboração etc.

DESPESAS ANTECIPADAS

São as despesas pagas antecipadamente e ainda não incorridas, gerando o direito de reaver a quantia despendida se a despesa não se realizar conforme o contrato. Compreende as despesas antecipadas com contratação de seguro, assinatura de jornais e revistas pagos à vista e as comissões pagas por benefícios ainda não usufruídos.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Constitui-se de contas da mesma natureza das contas do ativo circulante, diferenciando-se apenas no prazo de realização que é em período superior a doze meses, ou seja, após o término do exercício seguinte.

São classificáveis neste subgrupo os direitos de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou particulares do lucro da companhia, oriundos de negócios não usuais na exploração do objeto da companhia. Como, “geralmente as contas do realizável a longo prazo representa um ativo não muito significativo, comparado aos demais subgrupos do balanço, poderá este ser apresentado pelo total dos seus subgrupos, com indicação do valor das provisões correspondentes de que estão reduzidos, por ocasião do balanço. No entanto quando uma ou mais de suas possuírem maior relevância estas merecerão destaque na elaboração do balanço”. (Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, profs. Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke).

ATIVO PERMANENTE

“Integram este subgrupo os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da empresa e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade”. (Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, profs. Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke).

O Ativo Permanente divide-se em:

- Investimentos
- Imobilizado
- Deferido

INVESTIMENTOS

São aplicações permanentes que objetivam rendimentos e não fazem parte do objetivo social ou da exploração normal da companhia. São investimentos: “as participações permanentes em outras empresas, as aplicações em incentivos fiscais quando houver intenção de manter esses valores como investimentos e a aquisição de imóveis, desde que não sejam para revenda ou destinados a manutenção das atividades da empresa”. (Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, profs. Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke).

IMOBILIZADO

Consta Deste subgrupo “os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades operacionais da empresa, ou que sejam exercidos com essa finalidade”. (Art. 179 IV, Lei 6.404/76). Integram, ainda, o Imobilizado os Percursos aplicados ou já destinados a bens da natureza citada, mesmo que ainda não em operação, mas que se destinam a tal finalidade, tais como: Construção em andamento, Importações em andamento etc. (Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, profs. Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke).

O ativo imobilizado compreende duas categorias de bens:

- Bens Tangíveis → São os que possuem corpo físico.

Ex: terrenos, veículos etc.

- Bens Intangíveis → Não possuem corpo físico, mas direito de propriedade conferidos aos seus possuidores.

Ex: patentes, direitos autorais etc.

DEFERIDO

Serão classificadas neste subgrupo “as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social”. (Art. 179 V, Lei 6.404/76).

Segundo os profs. Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke em seu Manual de Contabilidade das Sociedades por ações “os ativos diferidos Caracterizam-se por serem ativos intangíveis, que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa. De acordo com a Lei das S.A. esses gastos deverão ser amortizados num prazo máximo de dez anos, a contar do início da operação normal da empresa ou a partir do exercício em que tais benefícios começarem a ser usufruídos.

Integram este subgrupo as despesas incorridas durante o período de desenvolvimento, construção e implantação de projetos, anteriores ao seu início de operação, aos quais tais despesas estão associadas, bem como as incorridas com pesquisas e desenvolvimento de produtos, com a reorganização da empresa e outras.

PASSIVO

Representa o conjunto das obrigações de uma empresa. Classificam-se, as contas, em ordem decrescente de exigibilidade.

O Passivo divide-se em:

- Passivo Circulante
- Passivo Exigível a Longo Prazo
- Resultado de Exercício Futuros
- Patrimônio Líquido

PASSIVO CIRCULANTE

Integram este subgrupo as obrigações da empresa que vencerão no exercício social seguinte, inclusive os financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente. Fazem

parte deste subgrupo os fornecedores, os empréstimos bancários, os impostos a pagar, a contribuição social a pagar, os adiantamentos a clientes, as provisões e outros.

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

São as obrigações vencíveis em prazo superior a doze meses da data do balanço, ou seja, após o exercício seguinte. É formado por obrigações com prazo determinado, tais como debêntures, financiamentos de longo prazo, títulos emitidos a longo prazo e outros.

RESULTADOS DE EXERCÍCIO FUTUROS

Constitui as receitas já recebidas pela empresa que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros deduzidas dos custos e despesas correspondentes. Sua utilização é muito restrita, pois só deverão constar deste subgrupo valores recebidos que não geram qualquer tipo de obrigação por parte da empresa.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

São as receitas próprias da empresa, representa a parcela pertencente aos sócios ou acionistas. É neste subgrupo que se evidencia claramente a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

O patrimônio líquido é constituído por:

- CAPITAL SOCIAL

Representa os valores recebidos pela empresa, ou por ela gerados, e que estão formalmente incorporados ao capital.

A lei das S.A no seu art. 182, estabelece que “a conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada”.

Capital Subscrito - São os recursos que os sócios ou acionistas se comprometem a investir na empresa para formar ou aumentar o seu capital social.

Capital realizado - É a parte do capital subscrito que já foi integralizada pelos sócios através de bens, direitos ou dinheiro. A parte que ainda não foi integralizada tem denominação de capital a realizar ou capital a integralizar.

- RESERVAS DE CAPITAL

Representam valores recebidos que não transitarem pelo seu resultado como receita, ou seja, não é derivada da atividade operacional da empresa. Compreende a correção monetária do capital, ágio na emissão de ações, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures e outros.

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Registra a contrapartida de aumento nos valores de bens do Ativo em virtude de avaliação efetuadas com base em laudo técnico firmado por peritos.

- RESERVAS DE LUCROS

São as reservas cujas origens são os lucros da companhia, retidos para atender determinados fins. Compreendem a reserva legal, reservas estatutárias, reservas para contingências e outros.

- LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADO

Registra os lucros ou prejuízos acumulados de vários exercícios, ou seja, é o acúmulo de resultados obtidos pela empresa ao longo de sua existência.

3.1.3 FORMA DE APRESENTAÇÃO

De acordo com a Lei das S.A., Lei 6.404/76, o balanço patrimonial deve ser apresentado e publicado de forma comparativa, ou seja, comparando o exercício atual ao exercício anterior.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
	R\$	CR\$ mil
	1994	1993
CIRCULANTE	<u>3.188.900</u>	<u>247.647</u>
Caixa	685	9
Bancos c/ movimento	1.721.025	22
Aplicações Financeiras	13.609	135
Clientes	1.350.024	235.558
Imposto a Compensar	593	162
Outras Contas	230	990
Adiantamento a Fornecedores	102.734	10.770
 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	 <u>670.956</u>	 <u>240.460</u>
 PERMANENTE	 <u>24.507.620</u>	 <u>7.665.448</u>
Investimentos	28.228	664.985
Imobilizado Líquido	23.563.553	6.677.392
Diferido	915.839	323.071
 TOTAL DO ATIVO	 <u>28.367.476</u>	 <u>8.153.555</u>

PASSIVO

	R\$	CR\$Mil
	1994	1993
CIRCULANTE	<u>7.100.337</u>	<u>291.228</u>
Fornecedores	8.124	2.771
Empréstimos Bancários	7.054.657	240.465
Obrigações Sociais	4.508	5.280
Obrigações Fiscais	4.172	961
Provisões Férias/Encargos	28.876	3.004
Fundo de Promoção	-	38.747
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>14.698.732</u>	<u>6.660.905</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>6.568.407</u>	<u>1.201.422</u>
Capital Social	3.344	9.196
Reservas de Capital	10.419.231	2.842.034
Reservas de Lucros	217.233	59.427
Prejuízos Acumulados	(4.071.401)	(1.709.235)
TOTAL DO PASSIVO	<u>28.367.476</u>	<u>8.153.555</u>

Balanco Patrimonial da Jereissati Centros Comerciais S.A Publicado na Tribuna do Ceará, Pag.

19c, Em 15 de Junho de 1995.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

3.2.1. CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL

É a demonstração contábil onde se exhibe as receitas e despesas relacionadas com as operações efetuadas pela empresa durante o exercício social. “Destina-se a evidenciar a formação do resultado do exercício, mediante confronto das receitas, custos e despesas incorridas no período”. (Estruturação de Demonstrações Contábeis, Conselho Federal de Contabilidade).

Esta demonstração está prevista no Art. 187 da Lei 6.404/76.

3.2.2 ESTRUTURAÇÃO DA D.R.E

I - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS

São as receitas oriundas da venda de mercadorias, bens ou da prestação de serviços, sendo estas receitas, reconhecidas no período em que incorreram e registradas por seu valor total, sem dedução dos impostos.

II - DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA

Compreende as vendas canceladas, os abatimentos e os impostos incidentes sobre as vendas e serviços. De acordo com o fisco as contribuições do Pis Pasep e Cofins, apesar de não serem impostos, são classificados como impostos incidentes sobre venda.

III - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

Constitui o resultado entre a receita bruta e as deduções concernentes aos impostos incidentes e demais despesas realizadas para a realização das vendas ou para a prestação dos serviços.

IV - CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Compreende as baixas na conta de estoques relativas a produtos negociados pela empresa, de mercadorias para revenda, além da carga do custo dos serviços prestados.

V - LUCRO BRUTO

É o resultado da diferença entre a receita líquida de vendas e serviços e o custo dos produtos vendidos ou serviços prestados.

VI - DESPESAS OPERACIONAIS

São as despesas resultantes da atividade operacional da empresa. São dos seguintes tipos:

- DE VENDAS

São os gastos decorrentes da promoção, colocação e distribuição dos produtos, incluindo-se os riscos nas vendas.

- ADMINISTRATIVAS

Compreende os gastos envolvidos para administrar a empresa.

- ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

São as receitas e despesas financeiras e as variações monetárias de obrigações e créditos.

-OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

São as despesas e/ou receitas provenientes de atividades acessórias da empresa.

VII- LUCRO OPERACIONAL ANTES DA CORREÇÃO

É o resultado da diferença entre o lucro bruto e as despesas operacionais.

VIII- CORREÇÃO MONETÁRIA

Constitui o resultado da correção monetária dos componentes do Ativo Permanente (saldo credor) e do Patrimônio Líquido (saldo devedor).

IX- LUCRO OPERACIONAL APÓS A CORREÇÃO MONETÁRIA

Corresponde ao lucro acrescido ou diminuído da correção monetária.

X- RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

Compreende as perdas em virtude de baixa de bem do ativo permanente e/ou os ganhos ou perdas na alienação de investimentos ou de bens imóveis.

XI- RESULTADOS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DAS PARTICIPAÇÕES

É a diferença entre o lucro operacional após a correção monetária e os resultados não operacionais.

XII- PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA E CONT. SOCIAL

Constitui-se das provisões do imposto de renda e da contribuição social.

XIII- PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

São as participações nos lucros atribuídos a terceiros, desde que não relativas a investimentos dos acionistas. Compreende as participações de Debêntures, Empregados, Partes Beneficiárias, etc.,.

XV- LUCRO POR AÇÃO

Corresponde ao valor do Lucro Líquido dividido pelo número de ações da companhia.

3.2.3 FORMA DE APRESENTAÇÃO

É apresentada na posição vertical, discriminando, como foi visto, seus componentes na forma dedutiva e seqüencial, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	EM R\$	EM CR\$ mil
	31.12.94	31.12.93
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	4.570.017	498.089
Imposto s/ Vendas	-	3.502
RECEITA LÍQUIDA	4.570.017	494.587
CUSTOS DE SERVIÇOS/PRODUTOS VENDIDOS	(1.719.040)	(177.785)
LUCRO BRUTO	2.850.977	316.802
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(1.351.966)	(37.165)
Administrativas	1.072.212	89.965
Comerciais	-	21.861
Tributárias	425.899	6.169
Outras Receitas Operacionais	(146.145)	(32.270)
Equivalência Patrimonial	-	48.560
LUCROS OPERACIONAL ANTES RES. FINANCEIRO	1.499.011	279.637
RESULTADO FINANCEIRO	(1.239.252)	(451.497)
Receitas Financeiras	520.134	92.040
Despesas Financeiras	(19.688.712)	(5.787.010)
Correção Monetária do Balanço	17.929.326	5.243.473
LUCRO E (PREJUÍZOS) OPERACIONAL	259.759	(171.860)
Ganho de Capital	1.550.845	
Outros Resultados Operacionais	(83.571)	(12.469)
LUCROS (PREJUÍZOS) LÍQUIDO ANTES IR E C.S	1.727.033	184.326
Reversão Provisão IR	628.450	
Provisão p/ IR	-	(39.186)
LUCROS (PREJUÍZOS) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.355.483	(223.515)

D.R.E. da Jereissati Centros Comerciais S.A. Publicada na Tribuna do Ceará, pag. 19c, Em 15 de Junho de 1995.

3.3 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Esta demonstração nos mostra de forma clara a movimentação ocorrida na conta lucros ou prejuízos acumulados e a destinação do lucro líquido, caso haja, aos sócios ou acionistas.

De acordo com o manual de contabilidade das sociedades por ações dos professores Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbcke “A referida demonstração é também obrigatória para as limitadas e outros tipos de sociedades conforme a legislação do imposto de renda. Para as companhias abertas, entretanto, a CVM estabeleceu em sua instrução normativa Nº 59, de 22.12.86, a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido, na qual, conterà, em uma de suas colunas, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados”.

3.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.4.1 CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL

A lei 6.404/76 não obriga as sociedades por ações publicarem esta demonstração, todavia sua publicação se faz devido exigência da comissão de valores mobilizados - CVM, para companhias abertas, em substituição à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, prevista esta no Art. 186 da Lei 6.404/76.

3.4.2 FINALIDADE

“Fornecer aos usuários da contabilidade a movimentação ocorrida, durante o exercício, nas diversas contas do Patrimônio Líquido. Fazendo clara indicação do fluxo de uma conta para outra indicando a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido”.

(Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, profs. Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke).

3.4.3 MUTAÇÕES QUE PODEM OCORRER NAS CONTAS PATRIMONIAIS

I - ITENS QUE AFETAM O PATRIMÔNIO:

- Acréscimo pelas correções monetárias de suas contas.
- Acréscimo por lucro ou redução por prejuízo líquido do exercício.
- Diminuição por distribuição de dividendos.
- Acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos.
- Acréscimo por subscrição e integralização de capital.
- Acréscimo por ágio na emissão de ações.
- Acréscimo por alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.
- Acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures
- Diminuição por ações próprias adquiridas ou acréscimo por vendas.
- Acréscimo ou diminuição por ajustes de exercícios anteriores.

II - ITENS QUE NÃO AFETAM O PATRIMÔNIO:

- Aumento de capital com utilização de reservas
- Apropriação do lucro líquido do exercício para a formação de reservas, reduzindo a conta lucros acumulados
- Reversão de reservas patrimoniais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados, compensando, se for o caso o prejuízo.

3.4.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta, em colunas verticais, todas as contas do Patrimônio Líquido e as transações ocorridas nestas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MOVIMENTAÇÃO/CONTAS	CAPITAL SOCIAL	C.M.DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.92 (CR\$ MIL)	9.196	103.856	431	(40.707)	72.776
C.M. do Exercício	-	2.738.178	10.436	(1.396.760)	1.351.854
Ajuste Exerc. Anteriores	-	-	-	307	307
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(223.515)	(223.151)
Transferências	-	-	48.560	(48.560)	-
SALDO EM 31.12.93 (CR\$ MIL)	9.196	2.842.034	59.427	(1.709.235)	1.201.422
C.M. DO 1º Semestre	-	20.530.178	427.902	(12.307.284)	8.660.796
SALDO EM 30.06.94 (CR\$ MIL)	9.196	23.372.212	437.329	(14.016.519)	9.852.218
Conversão p/ Reais	3.344	8.488.986	177.210	(5.096.916)	3.582.624
C.M. do 2º Semestre	-	1.920.245	40.023	(1.329.968)	630.300
Lucro do Exercício	-	-	-	2.355.483	2.355.483
SALDO EM 31.12.94 (EM R\$)	3.344	10.419.231	217.233	(4.071.401)	6.568.407

DMPL da Jereissati Centros Comerciais S.A. Publicada na Tribuna do Ceará, pag. 19c, Em 15 de Junho de 1995.

3.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

3.5.1 CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL

É a demonstração na qual são apresentadas as origens de recursos e suas respectivas aplicações durante o exercício social.

Esta demonstração consta do Art. 188 da Lei 6.404/76.

3.5.2 FINALIDADE

Segundo os profs. Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto R. Gelbcke em seu Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações a DMPL apresenta aos usuários da contabilidade, “de forma ordenada e sumariada, as informações relativas às operações de financiamento e investimentos durante o exercício social, evidenciando as alterações na posição financeira da empresa”, ou seja, demonstra onde se originaram os valores que aumentaram o capital circulante e onde se aplicaram os valores que o diminuiu.

3.5.3 DESCRIÇÃO DAS ORIGENS

- I - O lucro do exercício, assim entendido como o resultado do exercício, já deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

- II - Acréscimo no lucro oriundos de depreciação, que e' a diminuição do valor dos elementos do Ativo Imobilizado.

- III - Acréscimo do lucro referente a amortização e a exaustão.

- IV - Acréscimo ou diminuição decorrentes dos lucros nos exercícios futuros.
- V - realização do capital social, através das parcelas que o complementaram o exercício, a integralização das subscrições em dinheiro ou bens.
- VI - As contribuições para as reservas de capital, sejam legais ou obrigatórias, sejam facultativas criadas pelo estatuto ou por Assembléia Geral.
- VII - Aumento do passivo exigível a longo prazo, ou seja, os financiamentos obtidos para a aquisição de direito do Ativo Permanente e cujas obrigações se vencem para além do exercício seguinte.
- VIII - Redução do ativo realizável a longo prazo, que são os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.
- IX - Alienação de investimentos e direitos do Ativo Imobilizado.

3.5.4 DESCRIÇÃO DAS APLICAÇÕES

- I - Distribuição de dividendos.
- II - Aquisições de direitos do ativo imobilizado, ou seja, compra de bens destinados a manutenção das atividades da companhia.
- III - Aumento do realizável a longo prazo, compreendendo os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.
- IV - Aumento dos investimentos, ou seja, as participações em outras sociedades.

V - Aumento do ativo diferido, constituído por aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

VI - Redução do passivo exigível a longo prazo, entendido como os resgates de obrigações assumida para a aquisição de direitos do ativo permanente.

3.5.5 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A variação ocorrida no capital circulante líquido será apresentada discriminadamente, compreendendo:

I - Os saldos inicial e final do exercício.

II - Os saldos da ativa circulante e do passivo circulante.

III - O montante do capital circulante líquido.

IV - O aumento ou diminuição do capital circulante líquido durante o exercício.

3.5.6 FORMA DE APRESENTAÇÃO

“Esta demonstração é apresentada com os seguintes títulos:

I - Origens dos recursos

Onde são discriminadas as origens e apurado o valor total dos recursos obtidos no exercício.

II - Aplicação dos recursos

Onde são relacionadas as aplicações e evidenciado o seu valor total

III - Variações do capital circulante líquido

Onde são evidenciados o Ativo e Passivo Circulantes do início e do fim do exercício e respectivo aumento ou diminuição”. (Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, profs. Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto Gelbcke).

4. NOTAS EXPLICATIVAS

4.1. CONCEITO E FUNDAMENTO LEGAL

São informações integrantes e complementares as demonstrações contábeis. Estão previstas no Art. 176 parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404/76

4.2. FINALIDADE

Sendo as notas explicativas informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas, destinam-se a oferecer aos usuários da contabilidade uma maior evidência e entendimento do exposto nas referidas demonstrações.

São utilizadas para esclarecer práticas contábeis desempenhadas pela empresa, para explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas e ainda para composição e detalhes de certas contas.

4.3. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Segundo o Art. 176 parágrafo 5º da Lei 6.404/76, as bases gerais e as notas a serem incluídas nas demonstrações contábeis deverão indicar:

“A - Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo.

B - Os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;

C - O aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;

- D - Os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- E - A taxa de juros, as datas de vencimentos e as garantias das obrigações a longo prazo;
- F - O número, espécies e classes das ações do capital;
- G - As opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- H - Os ajustes de exercícios anteriores;
- I - Os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia”.

5. CONCLUSÃO

Há uma grande necessidade, das empresas e dos que mantêm relações com esta, de se obter informações cada vez mais precisas e úteis sobre a atual situação patrimonial, econômica e financeira que a empresa apresenta. A contabilidade através de seus relatórios e demonstrações tem plena capacidade de suprir esta necessidade de informações.

Para se elaborar, ao final do exercício social, Demonstrações Contábeis que realmente revele a real situação da companhia, o pessoal responsável pelo setor de contabilidade deve ser bem preparado, para que assim realizar um concentrado e rigoroso trabalho. Partindo desde o registro dos atos e fatos ocorridos na companhia durante o período, ou seja, a escrituração mercantil, até a elaboração das já expostas Demonstrações Contábeis.

É salutar observar que desde a realização diária dos serviços contábeis até a publicação das demonstrações, deve-se observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade (resolução CFC Nº 750/93), a legislação fiscal e societária vigentes, principalmente a Lei 6.404/76 as resoluções da Comissão de valores mobiliários e do Conselho Federal de Contabilidade.

Vimos no decorrer deste trabalho as principais Demonstrações Contábeis e suas respectivas utilizadas para os usuários da contabilidade. O Balanço Patrimonial, visto como a mais importante das Demonstrações, pois dele são extraídos dados para a elaboração de todas as demais, apresenta a situação patrimonial e financeira da empresa num determinado período, ou seja, apresenta uma posição estática.

A Demonstração do Resultado do Exercício, onde são confrontadas as receitas aos custos e despesas ocorridas no período para a obtenção do resultado do exercício, nos fornece também, a evolução das receitas e despesas de um período para outro.

A Demonstração Lucros e Prejuízos Acumulados, como vimos, pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que é obrigatória para as companhias de capital aberto. Esta mostra detalhadamente as movimentações ocorridas em todas as contas componentes do PL., fornecendo, assim, uma visão completa das variações ocorridas no Patrimônio Líquido.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, uma das mais difíceis de ser elaborada, devido sua complexidade técnica, nos mostra de onde se originam os recursos e para onde são destinados, ou seja, demonstra as alterações na posição financeira da companhia.

Para fim vimos as Notas Explicativas às Demonstrações. São elas as responsáveis pelo esclarecimento de algumas informações ou fatos contidos ou demitidos nas Demonstrações Contábeis.

Ao final deste trabalho volto a firmar que as demonstrações contábeis apresentam-se atualmente, como um instrumento indispensável a todos aqueles que necessitam de informações, sejam de caráter patrimonial, financeiro ou econômico, sobre uma companhia num determinado período.

6. BIBLIOGRAFIA.

FEDERAL, Conselho de Contabilidade - Estruturação de Demonstrações Contábeis, 2ª edição, Brasília, 1993.

FRANCO, Hilário - Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços. 14ª edição, São Paulo, editora Atlas, 1990.

IUDÍCIBUS, Sérgio de: Martins, Eliseu; Gelbcke, Ernesto R. - Manual de Contabilidade Das Sociedades Por Ações 3ª edição, São Paulo, editora Atlas, 1990.

IUDÍCIBUS, Sérgio de - Contabilidade Comercial. 2ª edição, São Paulo, editora Atlas.

LEI FEDERAL Nº 6.404, de 15.12.1976 - Lei Das Sociedades Por Ações.

MATARAZZO, Dante C. - Análise Financeira de Balanço. 2ª edição. São Paulo, editora Atlas, 1992.

SÁ, A, Lopes de; Sá A.M. Lopes de - Análise de Balanços e Demonstrações Contábeis. São Paulo, editora Atlas.